

Comunicação, informação e cultura: um olhar decolonial para a agenda de resistência e lutas dos emigrantes brasileiros expressas em documentos auto-organizados

Comunicación, información y cultura: una mirada decolonial a la agenda de resistencia y luchas de los emigrantes brasileños expresada en documentos autogestionados

Communication, information and culture: a decolonial look at the resistance agenda and struggles of Brazilian emigrants expressed in self-organized documents

Camila Escudero

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com período de pesquisa no Latin American and Latin Studies Program da University of Illinois at Chicago (UIC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. Assistente de pesquisa no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no projeto Mapa das OSCs.

Contato: camilaescudero@uol.com.br.

Flávio Menezes Santana

Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Professor substituto do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Jornalista pela Universidade Tiradentes (Unit). Diretor Financeiro da Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação (Rede Folkcom).

Contato: ms.flaviosantana@hotmail.com



Creative Commons



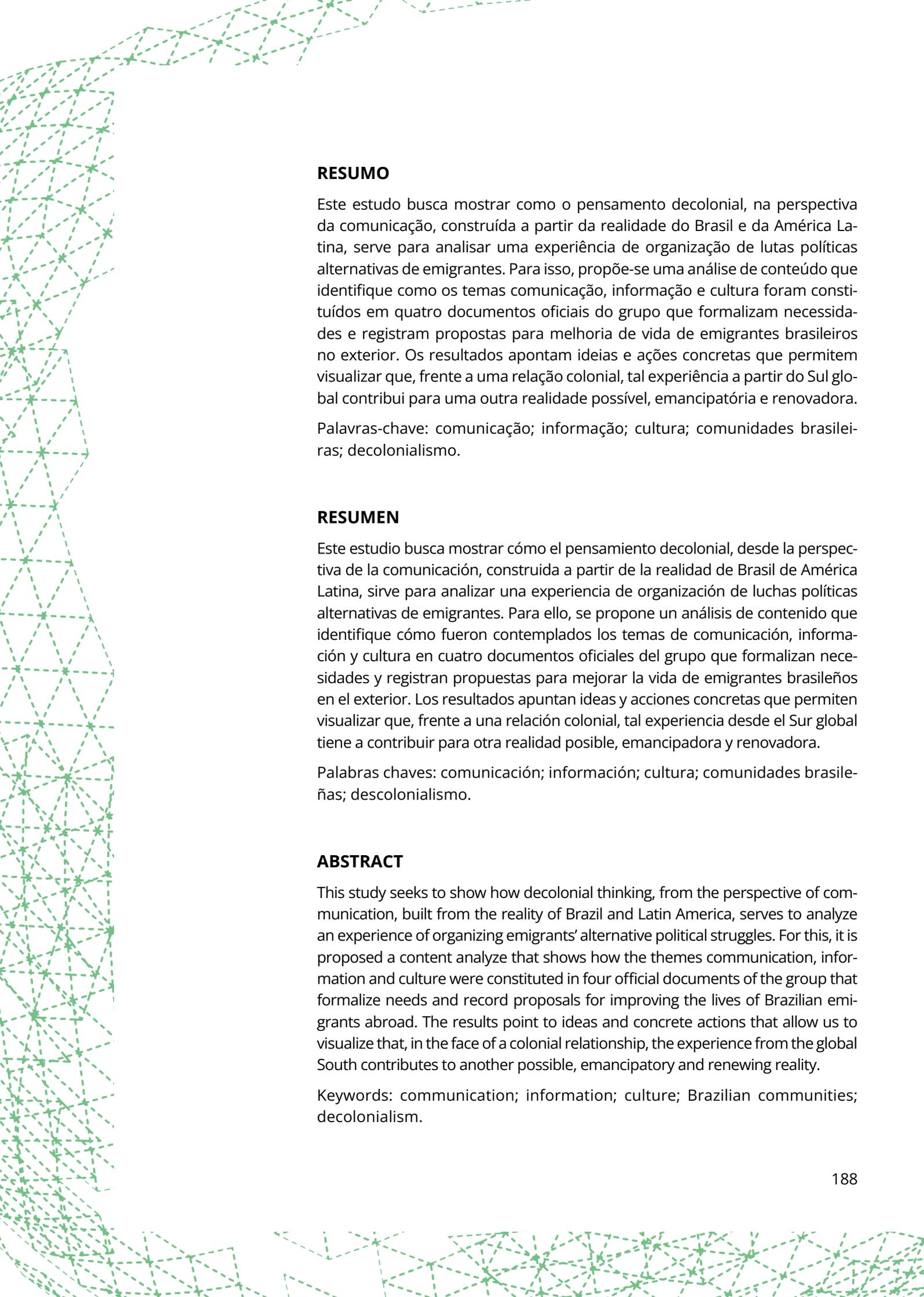
Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal



RESUMO

Este estudo busca mostrar como o pensamento decolonial, na perspectiva da comunicação, construída a partir da realidade do Brasil e da América Latina, serve para analisar uma experiência de organização de lutas políticas alternativas de emigrantes. Para isso, propõe-se uma análise de conteúdo que identifique como os temas comunicação, informação e cultura foram constituídos em quatro documentos oficiais do grupo que formalizam necessidades e registram propostas para melhoria de vida de emigrantes brasileiros no exterior. Os resultados apontam ideias e ações concretas que permitem visualizar que, frente a uma relação colonial, tal experiência a partir do Sul global contribui para uma outra realidade possível, emancipatória e renovadora.

Palavras-chave: comunicação; informação; cultura; comunidades brasileiras; decolonialismo.

RESUMEN

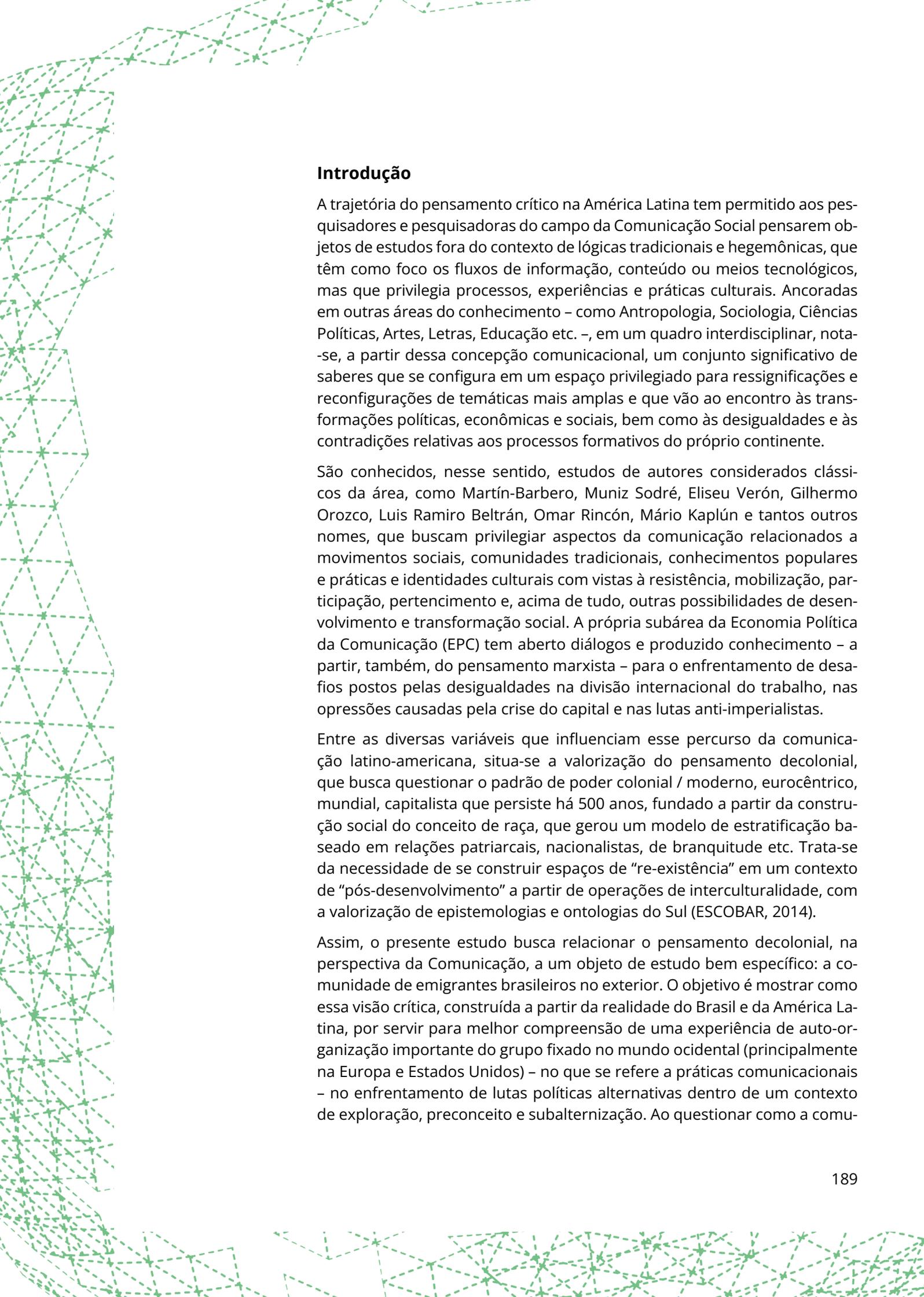
Este estudio busca mostrar cómo el pensamiento decolonial, desde la perspectiva de la comunicación, construida a partir de la realidad de Brasil de América Latina, sirve para analizar una experiencia de organización de luchas políticas alternativas de emigrantes. Para ello, se propone un análisis de contenido que identifique cómo fueron contemplados los temas de comunicación, información y cultura en cuatro documentos oficiales del grupo que formalizan necesidades y registran propuestas para mejorar la vida de emigrantes brasileños en el exterior. Los resultados apuntan ideas y acciones concretas que permiten visualizar que, frente a una relación colonial, tal experiencia desde el Sur global tiene a contribuir para otra realidad posible, emancipadora y renovadora.

Palabras claves: comunicación; información; cultura; comunidades brasileñas; descolonialismo.

ABSTRACT

This study seeks to show how decolonial thinking, from the perspective of communication, built from the reality of Brazil and Latin America, serves to analyze an experience of organizing emigrants' alternative political struggles. For this, it is proposed a content analyze that shows how the themes communication, information and culture were constituted in four official documents of the group that formalize needs and record proposals for improving the lives of Brazilian emigrants abroad. The results point to ideas and concrete actions that allow us to visualize that, in the face of a colonial relationship, the experience from the global South contributes to another possible, emancipatory and renewing reality.

Keywords: communication; information; culture; Brazilian communities; decolonialism.



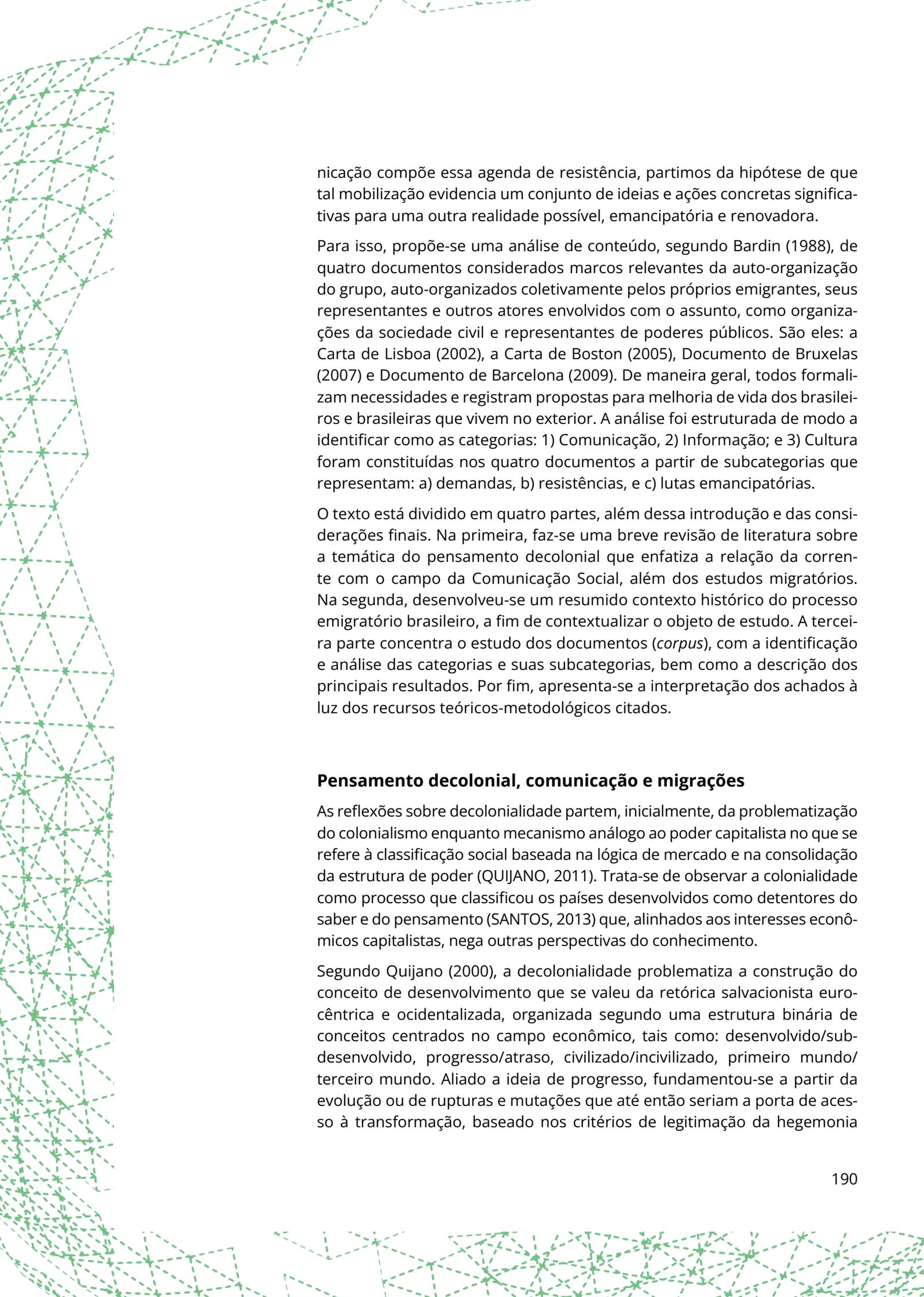
Introdução

A trajetória do pensamento crítico na América Latina tem permitido aos pesquisadores e pesquisadoras do campo da Comunicação Social pensarem objetos de estudos fora do contexto de lógicas tradicionais e hegemônicas, que têm como foco os fluxos de informação, conteúdo ou meios tecnológicos, mas que privilegia processos, experiências e práticas culturais. Ancoradas em outras áreas do conhecimento – como Antropologia, Sociologia, Ciências Políticas, Artes, Letras, Educação etc. –, em um quadro interdisciplinar, nota-se, a partir dessa concepção comunicacional, um conjunto significativo de saberes que se configura em um espaço privilegiado para ressignificações e reconfigurações de temáticas mais amplas e que vão ao encontro às transformações políticas, econômicas e sociais, bem como às desigualdades e às contradições relativas aos processos formativos do próprio continente.

São conhecidos, nesse sentido, estudos de autores considerados clássicos da área, como Martín-Barbero, Muniz Sodré, Eliseu Verón, Guillermo Orozco, Luis Ramiro Beltrán, Omar Rincón, Mário Kaplún e tantos outros nomes, que buscam privilegiar aspectos da comunicação relacionados a movimentos sociais, comunidades tradicionais, conhecimentos populares e práticas e identidades culturais com vistas à resistência, mobilização, participação, pertencimento e, acima de tudo, outras possibilidades de desenvolvimento e transformação social. A própria subárea da Economia Política da Comunicação (EPC) tem aberto diálogos e produzido conhecimento – a partir, também, do pensamento marxista – para o enfrentamento de desafios postos pelas desigualdades na divisão internacional do trabalho, nas opressões causadas pela crise do capital e nas lutas anti-imperialistas.

Entre as diversas variáveis que influenciam esse percurso da comunicação latino-americana, situa-se a valorização do pensamento decolonial, que busca questionar o padrão de poder colonial / moderno, eurocêntrico, mundial, capitalista que persiste há 500 anos, fundado a partir da construção social do conceito de raça, que gerou um modelo de estratificação baseado em relações patriarcais, nacionalistas, de branquitude etc. Trata-se da necessidade de se construir espaços de “re-existência” em um contexto de “pós-desenvolvimento” a partir de operações de interculturalidade, com a valorização de epistemologias e ontologias do Sul (ESCOBAR, 2014).

Assim, o presente estudo busca relacionar o pensamento decolonial, na perspectiva da Comunicação, a um objeto de estudo bem específico: a comunidade de emigrantes brasileiros no exterior. O objetivo é mostrar como essa visão crítica, construída a partir da realidade do Brasil e da América Latina, por servir para melhor compreensão de uma experiência de auto-organização importante do grupo fixado no mundo ocidental (principalmente na Europa e Estados Unidos) – no que se refere a práticas comunicacionais – no enfrentamento de lutas políticas alternativas dentro de um contexto de exploração, preconceito e subalternização. Ao questionar como a comu-



nicação compõe essa agenda de resistência, partimos da hipótese de que tal mobilização evidencia um conjunto de ideias e ações concretas significativas para uma outra realidade possível, emancipatória e renovadora.

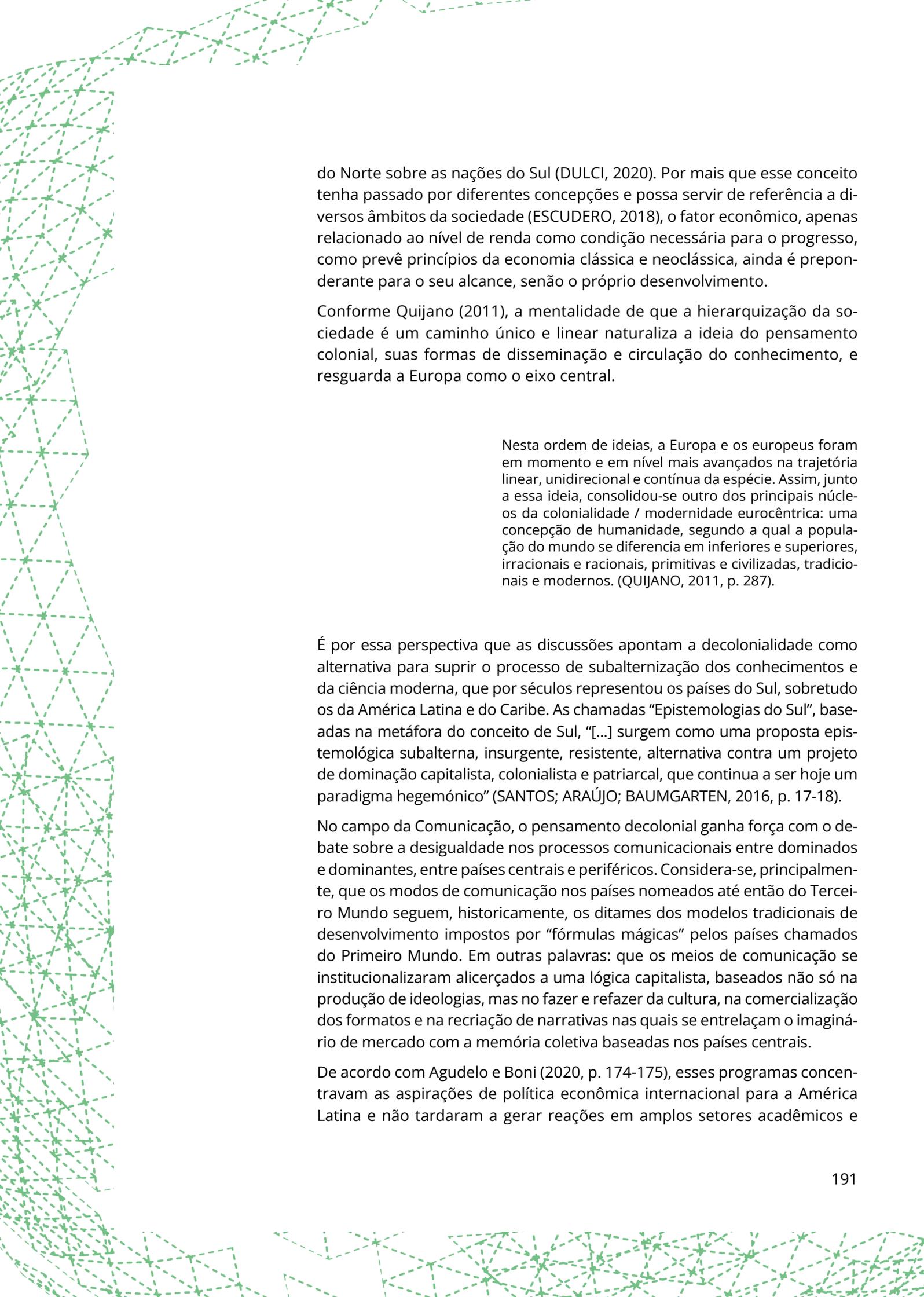
Para isso, propõe-se uma análise de conteúdo, segundo Bardin (1988), de quatro documentos considerados marcos relevantes da auto-organização do grupo, auto-organizados coletivamente pelos próprios emigrantes, seus representantes e outros atores envolvidos com o assunto, como organizações da sociedade civil e representantes de poderes públicos. São eles: a Carta de Lisboa (2002), a Carta de Boston (2005), Documento de Bruxelas (2007) e Documento de Barcelona (2009). De maneira geral, todos formalizam necessidades e registram propostas para melhoria de vida dos brasileiros e brasileiras que vivem no exterior. A análise foi estruturada de modo a identificar como as categorias: 1) Comunicação, 2) Informação; e 3) Cultura foram constituídas nos quatro documentos a partir de subcategorias que representam: a) demandas, b) resistências, e c) lutas emancipatórias.

O texto está dividido em quatro partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira, faz-se uma breve revisão de literatura sobre a temática do pensamento decolonial que enfatiza a relação da corrente com o campo da Comunicação Social, além dos estudos migratórios. Na segunda, desenvolveu-se um resumido contexto histórico do processo emigratório brasileiro, a fim de contextualizar o objeto de estudo. A terceira parte concentra o estudo dos documentos (*corpus*), com a identificação e análise das categorias e suas subcategorias, bem como a descrição dos principais resultados. Por fim, apresenta-se a interpretação dos achados à luz dos recursos teóricos-metodológicos citados.

Pensamento decolonial, comunicação e migrações

As reflexões sobre decolonialidade partem, inicialmente, da problematização do colonialismo enquanto mecanismo análogo ao poder capitalista no que se refere à classificação social baseada na lógica de mercado e na consolidação da estrutura de poder (QUIJANO, 2011). Trata-se de observar a colonialidade como processo que classificou os países desenvolvidos como detentores do saber e do pensamento (SANTOS, 2013) que, alinhados aos interesses econômicos capitalistas, nega outras perspectivas do conhecimento.

Segundo Quijano (2000), a decolonialidade problematiza a construção do conceito de desenvolvimento que se valeu da retórica salvacionista eurocêntrica e ocidentalizada, organizada segundo uma estrutura binária de conceitos centrados no campo econômico, tais como: desenvolvido/subdesenvolvido, progresso/atraso, civilizado/incivilizado, primeiro mundo/terceiro mundo. Aliado a ideia de progresso, fundamentou-se a partir da evolução ou de rupturas e mutações que até então seriam a porta de acesso à transformação, baseado nos critérios de legitimação da hegemonia



do Norte sobre as nações do Sul (DULCI, 2020). Por mais que esse conceito tenha passado por diferentes concepções e possa servir de referência a diversos âmbitos da sociedade (ESCUADERO, 2018), o fator econômico, apenas relacionado ao nível de renda como condição necessária para o progresso, como prevê princípios da economia clássica e neoclássica, ainda é preponderante para o seu alcance, senão o próprio desenvolvimento.

Conforme Quijano (2011), a mentalidade de que a hierarquização da sociedade é um caminho único e linear naturaliza a ideia do pensamento colonial, suas formas de disseminação e circulação do conhecimento, e resguarda a Europa como o eixo central.

Nesta ordem de ideias, a Europa e os europeus foram em momento e em nível mais avançados na trajetória linear, unidirecional e contínua da espécie. Assim, junto a essa ideia, consolidou-se outro dos principais núcleos da colonialidade / modernidade eurocêntrica: uma concepção de humanidade, segundo a qual a população do mundo se diferencia em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivas e civilizadas, tradicionais e modernos. (QUIJANO, 2011, p. 287).

É por essa perspectiva que as discussões apontam a decolonialidade como alternativa para suprir o processo de subalternização dos conhecimentos e da ciência moderna, que por séculos representou os países do Sul, sobretudo os da América Latina e do Caribe. As chamadas “Epistemologias do Sul”, baseadas na metáfora do conceito de Sul, “[...] surgem como uma proposta epistemológica subalterna, insurgente, resistente, alternativa contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal, que continua a ser hoje um paradigma hegemônico” (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016, p. 17-18).

No campo da Comunicação, o pensamento decolonial ganha força com o debate sobre a desigualdade nos processos comunicacionais entre dominados e dominantes, entre países centrais e periféricos. Considera-se, principalmente, que os modos de comunicação nos países nomeados até então do Terceiro Mundo seguem, historicamente, os ditames dos modelos tradicionais de desenvolvimento impostos por “fórmulas mágicas” pelos países chamados do Primeiro Mundo. Em outras palavras: que os meios de comunicação se institucionalizaram alicerçados a uma lógica capitalista, baseados não só na produção de ideologias, mas no fazer e refazer da cultura, na comercialização dos formatos e na recriação de narrativas nas quais se entrelaçam o imaginário de mercado com a memória coletiva baseadas nos países centrais.

De acordo com Agudelo e Boni (2020, p. 174-175), esses programas concentravam as aspirações de política econômica internacional para a América Latina e não tardaram a gerar reações em amplos setores acadêmicos e

1 A teoria do desenvolvimento, na forma como é concebida nos grandes centros universitários do mundo ocidental, tem o propósito limitado de 'mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento da produção de uma economia'. Dada uma estrutura econômica, caberia reconstruir os seus processos fundamentais, de maneira que fosse possível identificar aquelas variáveis exógenas que respondem pelas variações no ritmo do crescimento e pela intensidade deste. Dentro dessa linha de pensamento têm sido construídos os múltiplos modelos de desenvolvimento que figuram na bibliografia recorrente. Esse ponto de vista, entretanto, apresenta a falha fundamental de ignorar que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica (FURTADO, 2000, p. 241).

2 *Many voices, one world: Communication and Society Today and Tomorrow*. Disponível em: <https://wac-cglobal.org/wp-content/uploads/2020/07/MacBride-Report-English.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

sociais de ordem popular "por considerar que materializavam um projeto de ideologização e doutrinação para a incorporação das dinâmicas de mercado na região". Toma como base, principalmente, a justificativa de que esse processo, inclusive de concentração midiática, não garante o adequado funcionamento dos mecanismos de participação social e reforça a dominação dos países do Norte sobre os do Sul.

Nesse sentido, ampliou-se o debate sobre produção, distribuição e circulação de produtos culturais, comunicação de massa e as relações desses temas com as noções de desenvolvimento e dependência – em grande parte relacionada ao pensamento de Celso Furtado¹ (BOLAÑO, 2015) e buscou-se novas possibilidades de solucionar os problemas sociais relacionados à área (PERUZZO, 2014).

Importante lembrar que, na década de 1970, esse debate ganha ainda mais força quando emergem as discussões promovidas pela organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a necessidade de se incorporar amplamente a comunicação às transformações econômicas e políticas de países periféricos. Entre as propostas, destaca-se a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic), projeto que propôs estratégias para a redistribuição dos fluxos de informação entre os países. O "Relatório MacBride", de 1980, ganhou referência como um documento paradigmático por iniciar a discussão sobre o direito à comunicação e à livre circulação de informação, problema que afetava principalmente países da América Latina².

Melo (2008) aponta que o diálogo cultural e político entre as civilizações e a redução do fosso digital foram alguns dos princípios que ganharam respaldo. Dentre os argumentos, destaca-se o termo "invasão cultural" do brasileiro Paulo Freire (1983) como crítica à situação de dependência latino-americana do poderio norte-americano e que, no nível internacional, o fluxo de informação a partir dos Estados Unidos e Europa gerava um "julgamento negativo dos países de orientação socialista e, ao mesmo tempo, vendia-se a bonança dos países centrais do ocidente" (PERUZZO, 2014, p. 180).

É a partir dessa crítica e em um contexto de redemocratização do Brasil e de outros países do continente, nos anos 1980, que nasce o modelo participativo (SERVAES, 2004; GUMUCIO-DAGRON, 2011) como alternativa ao difusionista, com o objetivo de reunir princípios do desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento humano em práticas de comunicação alternativas, a favor da mudança social. Essa perspectiva privilegia a transformação das estruturas de poder e enfatiza a dialogicidade, muito fundamentada nas ideias de Paulo Freire.

Tratam-se de práticas de comunicação de cunho interpessoal e grupal com o interesse de mobilizar e articular as visões de mundo no contexto local em benefício da ampliação da cidadania. Na prática, estão ancoradas: 1) na participação comunitária e apropriação de processos e conteúdos; 2) na língua e pertinência cultural (particularidade para legitimação); 3) na geração de



conteúdos locais: troca em condições de equidade; 4) no uso de tecnologia apropriada dimensionada para cada ação; e 5) nas convergências e redes e diálogo amplos com outras experiências e níveis (GUMUCIO-DAGRON, 2011).

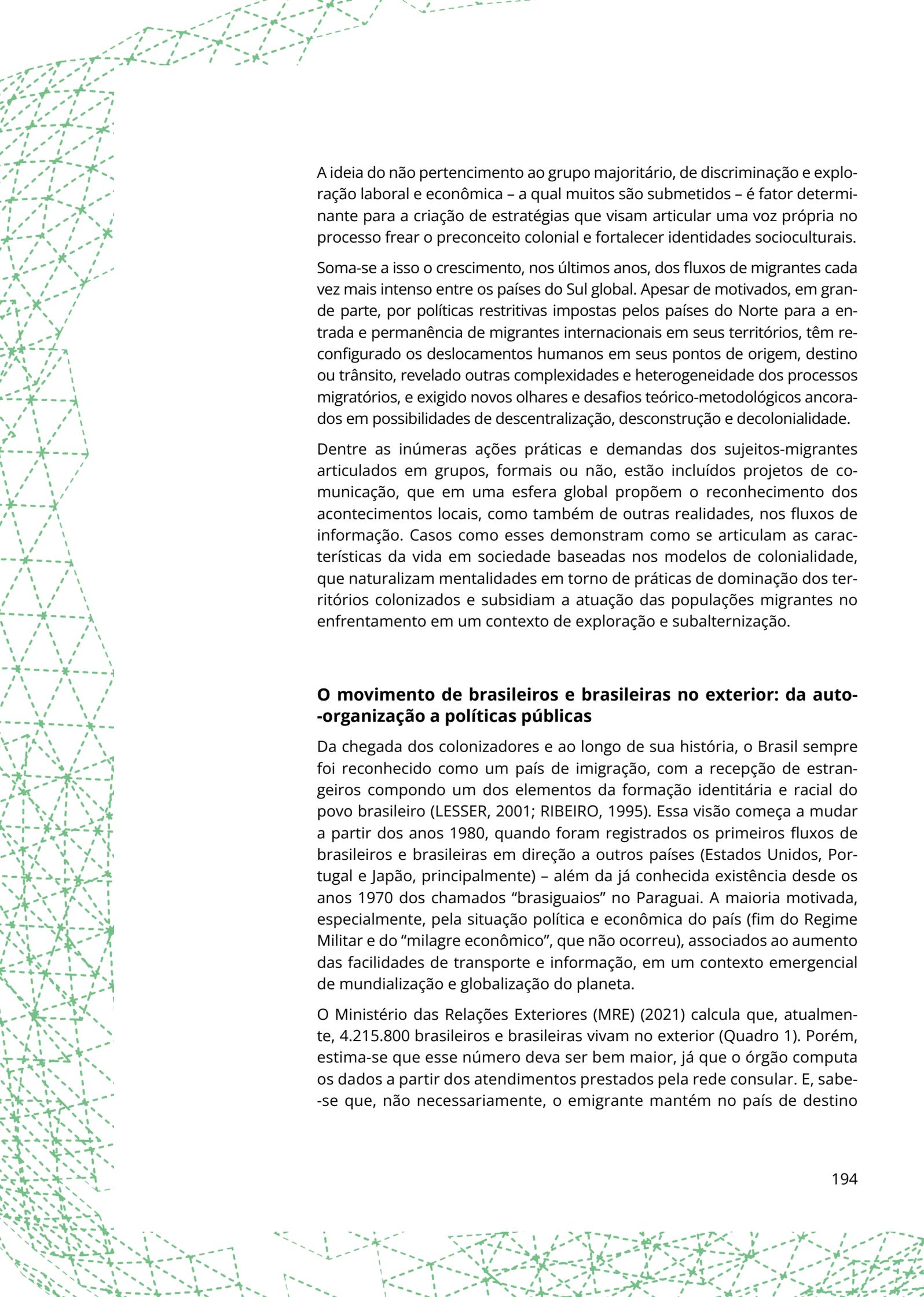
A democratização da comunicação foi visualizada sobretudo como uma prática concreta e a apropriação de um direito através de inúmeras experiências impulsionadas por organizações sociais de base, como expressão de resistência: boletins, revistas, panfletos, historietas, fotonovelas, rádios comunitárias e de alto falantes em postes, teatro de rua, marionetes, músicas, entre outros. (AGUDELO; BONI, 2020, p. 175).

Dulci (2020) menciona, ainda, o surgimento da “escola pós-desenvolvimento”, na década de 1990, paralelamente ao avanço do neoliberalismo e ao aprofundamento da globalização, influenciada pelo pensamento de diferentes pensadores aliada às teorias pós-colonial em diálogo com os movimentos sociais. Essa perspectiva visa desconstruir o modelo de desenvolvimento tradicional e pensar em desenvolvimento alternativo, assim como em alternativas de desenvolvimento. A interculturalidade (ESCOBAR, 2014; CANCLINI, 1998, 2005), neste aspecto, representa uma proposta de encontro de realidades e de diversas culturas em um espaço no qual podem se articular múltiplas vozes e dinâmicas coexistentes.

Conforme destacou Santos (2013), a convicção da incompletude de todos os saberes, inclusive a própria ciência, é um ponto crucial para se pensar nas epistemologias do Sul. No Brasil, por exemplo, simbolicamente os aspectos regionais são tratados como obsoletos e ultrapassados, o que torna a cultura como espaço de disputas e dominância. “A natureza continental e a topografia acidentada do espaço brasileiro inibiram, durante vários séculos, a interiorização dos fluxos comunicacionais” (MELO, 2015, p. 17). Nessa perspectiva, a proposta epistemológica de Santos (2013) é de reforçar e explorar a pluralidade, com base na interação e a complementariedade entre os saberes, científicos ou não.

A noção de que por muitos séculos a Europa esteve à frente de definir a civilização dos outros povos “[...] dando lições ao mundo, ora escudada na grandeza do seu deus, ora anunciando a ciência moderna como a forma válida e universal de conhecimento [...]” (SANTOS, 2016, p. 28) não impossibilita de reverter a situação e propor que esse espaço geográfico de forte poder hegemônico também aprenda as lições do Sul global (SANTOS, 2016).

Por esse ponto de vista, faz-se necessário aqui destacar a participação de migrantes, como é o caso do objeto abordado nesta pesquisa, das comunidades de brasileiros que se espalham pelo mundo afora, especialmente nos países do Norte, que se organizam em busca de melhores condições de vida.



A ideia do não pertencimento ao grupo majoritário, de discriminação e exploração laboral e econômica – a qual muitos são submetidos – é fator determinante para a criação de estratégias que visam articular uma voz própria no processo frear o preconceito colonial e fortalecer identidades socioculturais.

Soma-se a isso o crescimento, nos últimos anos, dos fluxos de migrantes cada vez mais intenso entre os países do Sul global. Apesar de motivados, em grande parte, por políticas restritivas impostas pelos países do Norte para a entrada e permanência de migrantes internacionais em seus territórios, têm reconfigurado os deslocamentos humanos em seus pontos de origem, destino ou trânsito, revelado outras complexidades e heterogeneidade dos processos migratórios, e exigido novos olhares e desafios teórico-metodológicos ancorados em possibilidades de descentralização, desconstrução e decolonialidade.

Dentre as inúmeras ações práticas e demandas dos sujeitos-migrantes articulados em grupos, formais ou não, estão incluídos projetos de comunicação, que em uma esfera global propõem o reconhecimento dos acontecimentos locais, como também de outras realidades, nos fluxos de informação. Casos como esses demonstram como se articulam as características da vida em sociedade baseadas nos modelos de colonialidade, que naturalizam mentalidades em torno de práticas de dominação dos territórios colonizados e subsidiam a atuação das populações migrantes no enfrentamento em um contexto de exploração e subalternização.

O movimento de brasileiros e brasileiras no exterior: da auto-organização a políticas públicas

Da chegada dos colonizadores e ao longo de sua história, o Brasil sempre foi reconhecido como um país de imigração, com a recepção de estrangeiros compondo um dos elementos da formação identitária e racial do povo brasileiro (LESSER, 2001; RIBEIRO, 1995). Essa visão começa a mudar a partir dos anos 1980, quando foram registrados os primeiros fluxos de brasileiros e brasileiras em direção a outros países (Estados Unidos, Portugal e Japão, principalmente) – além da já conhecida existência desde os anos 1970 dos chamados “brasiguaios” no Paraguai. A maioria motivada, especialmente, pela situação política e econômica do país (fim do Regime Militar e do “milagre econômico”, que não ocorreu), associados ao aumento das facilidades de transporte e informação, em um contexto emergencial de mundialização e globalização do planeta.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) (2021) calcula que, atualmente, 4.215.800 brasileiros e brasileiras vivam no exterior (Quadro 1). Porém, estima-se que esse número deva ser bem maior, já que o órgão computa os dados a partir dos atendimentos prestados pela rede consular. E, sabe-se que, não necessariamente, o emigrante mantém no país de destino

alguma relação com os postos oficiais, salvo necessidades específicas em termos de documentação, principalmente.

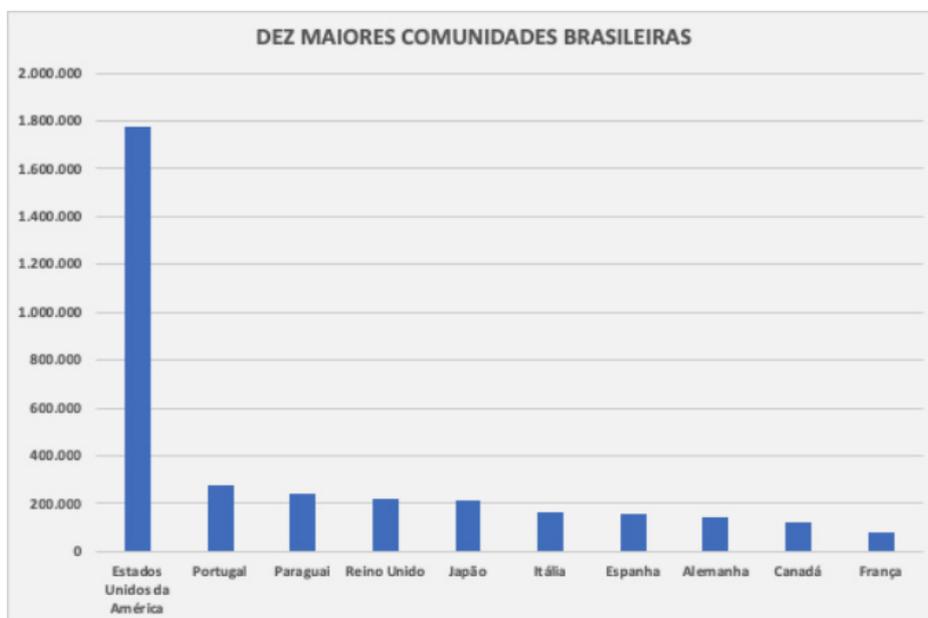
Quadro 1 – Quantidade de brasileiros e brasileiras por Continente/Região (2020)

Fonte: MRE (2021, p. 2).

Continente/Região	Quantidade (estimada)	%
África	26.506	0,63
América Central e Caribe	9.681	0,23
América do Norte	1.941.950	46,06
América do Sul	589.737	13,99
Ásia	227.864	5,41
Europa	1.300.525	30,85
Oceania	63.273	1,50
Oriente Médio	56.264	1,33
Total	4.215.800	100

Gráfico 1 – Maiores comunidades brasileiras por país (2020)

Fonte: MRE (2021, p. 3).



3 Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/536-Brasileiros_no_Exterior.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

4 Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/536-Brasileiros_no_Exterior.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

5 Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13766/1/2013_LiviaCasteloBrancoMarcos_Milanez.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

6 Disponível em: https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2009/06/3_encontroeuropereudeferasileiraxterior.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

A estabilização desses brasileiros e brasileiras em outros países resultou ao longo do tempo em efeitos sociais, culturais, econômicos e políticos de ordem transnacional. De modo prático e explícito:

A constituição de comunidades de brasileiros no exterior. Sabe-se que esses grupos auto-organizados – de maneira formal, em coletivos, igrejas ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs), ou informal – são essenciais na composição de uma rede de apoio para os brasileiros e as brasileiras em outros países, especialmente os recém-chegados, em diversos aspectos: busca por trabalho, moradia, educação etc., documentação e regularização do status migratório, adaptação ao novo território e à nova cultura, bem como participação social, além da manutenção de vínculos identitários e afetivos. De acordo com Reis (2011, p. 49), em 2009 havia “356 associações e organizações de brasileiros em 45 países, além de 216 veículos de mídia a eles dirigidos”.

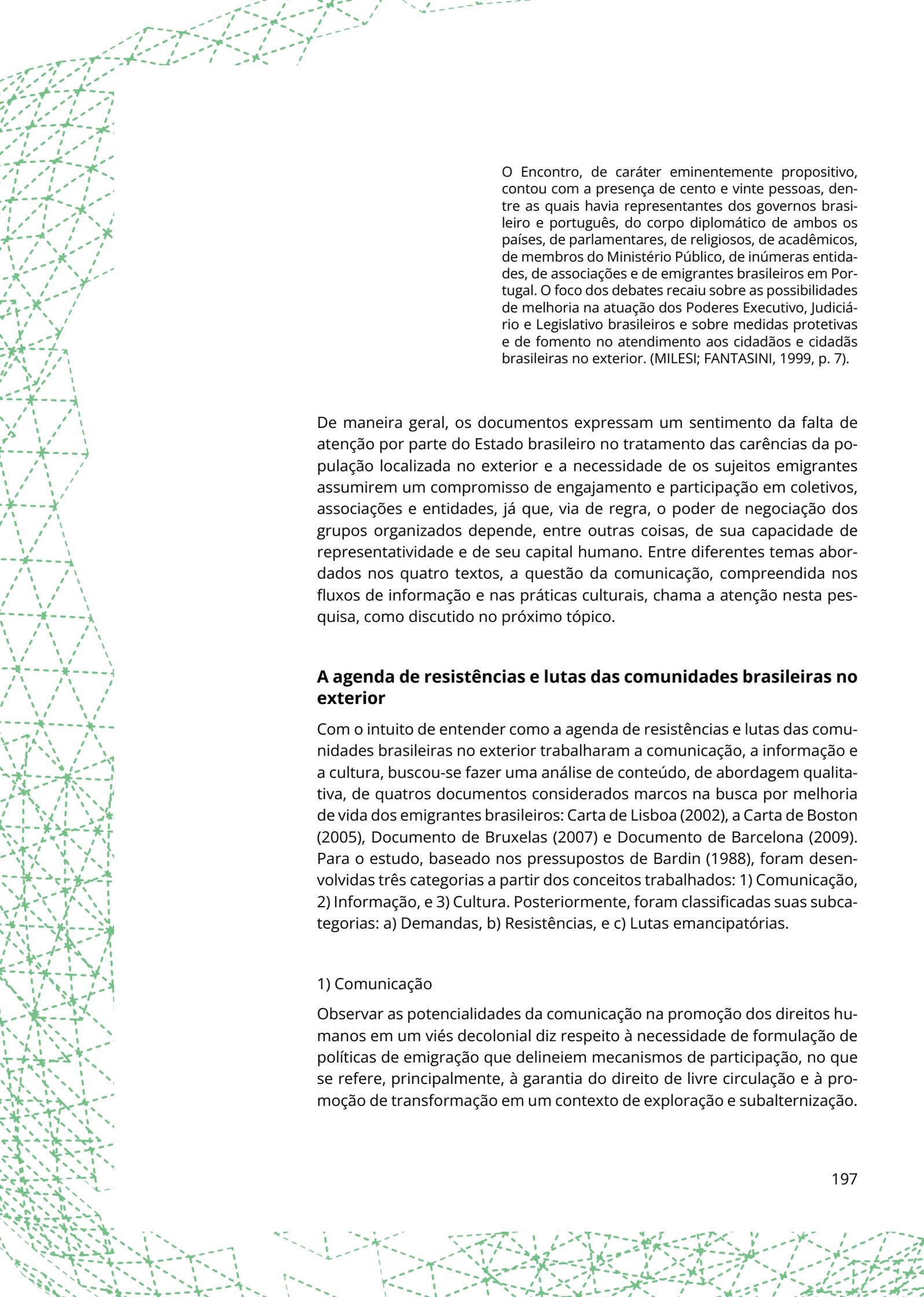
O envio sistemático de remessas financeiras para o consumo de famílias no Brasil ou investimentos. De acordo com dados do Banco Central (BC/IBGE, 2021), as remessas do exterior bateram recorde no primeiro semestre de 2021, totalizando US\$ 1,89 bilhão, o maior valor da série histórica do BC, iniciada em 2010.

Construção de políticas públicas, em especial, a partir das demandas apresentadas pela comunidade, apesar de registros de avanços e retrocessos – a depender do período e das condições políticas e econômicas de ordem nacional e global – e da urgência de progressos relacionados à dinâmica dos próprios processos migratórios (BRUM, 2018; FIRMEZA, 2007; MILANEZ, 2013).

Maiores visibilidade, acesso e conhecimento de aspectos da cultura brasileira nos países de destino, com ênfase em elementos identitários nacionais – música, comida, idioma, futebol, telenovelas etc. – em uma perspectiva intercultural de ressimbolização e ressignificação de hábitos, costumes e tradições para além de imagens estereotipadas perante as sociedades de origem e destino (ESCUADERO, 2017).

Nesse contexto de efeitos práticos desse processo emigratório, no início dos anos 2000, com relação às comunidades brasileiras espalhadas pelo mundo, nota-se uma sistematização das atividades, uma auto-organização mais formalizada com marcos relevantes. São dessa época a Carta de Lisboa³ (2002), a Carta de Boston⁴ (2005), Documento de Bruxelas⁵ (2007) e Documento de Barcelona⁶ (2009).

Milesi e Fantasini (1999) fazem um importante registro de como se deu a articulação de grupos organizados de brasileiros e brasileiras no exterior que culminou na organização e nos preparativos do I Encontro Ibérico de Comunidades de Brasileiros no Exterior, ocorrido de 09 a 11 de maio de 2002, nas dependências da Universidade Católica de Portugal, e que resultou na redação da Carta de Lisboa e dos documentos subsequentes (construídos a partir da realização de outros encontros).



O Encontro, de caráter eminentemente propositivo, contou com a presença de cento e vinte pessoas, dentre as quais havia representantes dos governos brasileiro e português, do corpo diplomático de ambos os países, de parlamentares, de religiosos, de acadêmicos, de membros do Ministério Público, de inúmeras entidades, de associações e de emigrantes brasileiros em Portugal. O foco dos debates recaiu sobre as possibilidades de melhoria na atuação dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo brasileiros e sobre medidas protetivas e de fomento no atendimento aos cidadãos e cidadãs brasileiras no exterior. (MILESI; FANTASINI, 1999, p. 7).

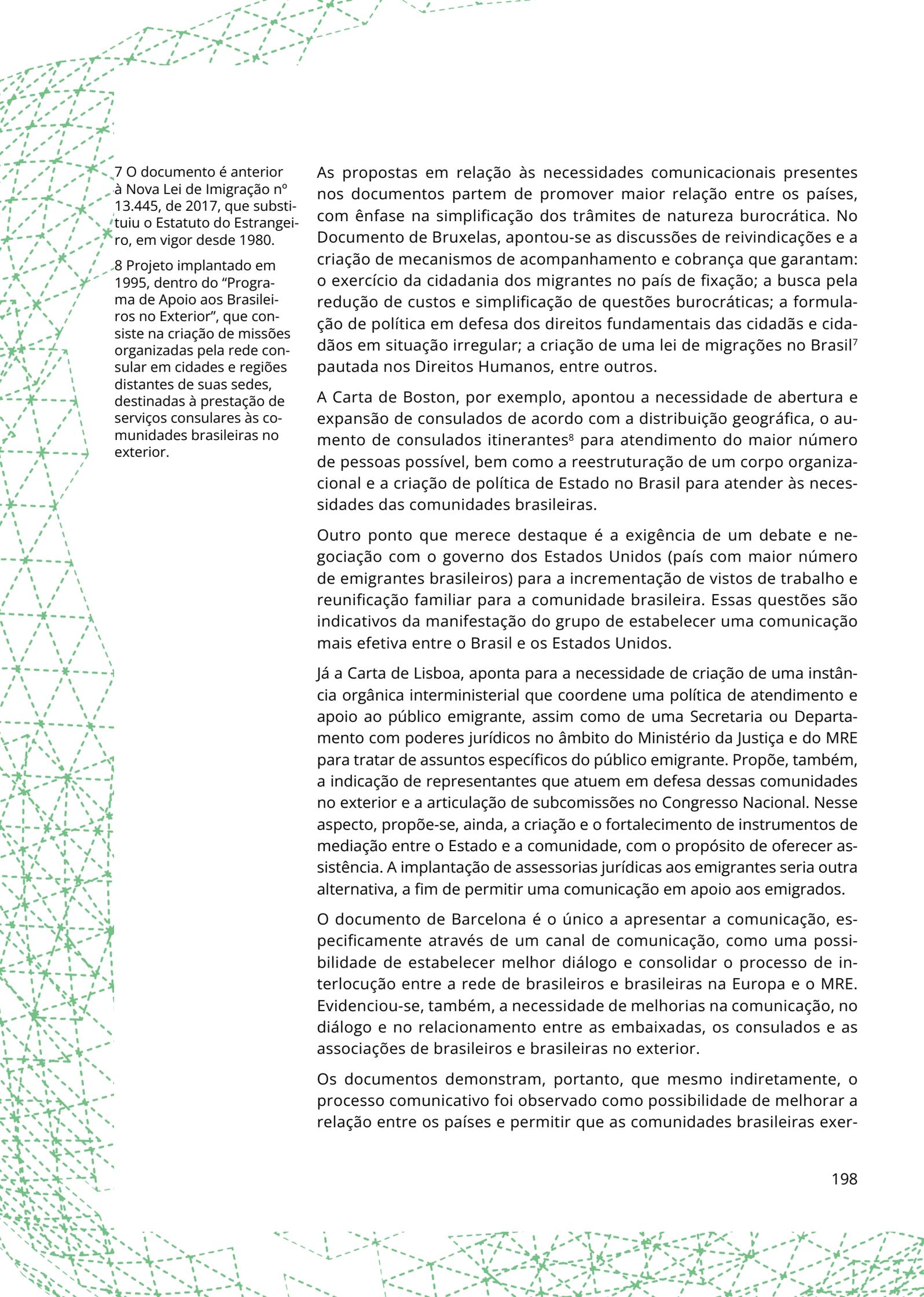
De maneira geral, os documentos expressam um sentimento da falta de atenção por parte do Estado brasileiro no tratamento das carências da população localizada no exterior e a necessidade de os sujeitos emigrantes assumirem um compromisso de engajamento e participação em coletivos, associações e entidades, já que, via de regra, o poder de negociação dos grupos organizados depende, entre outras coisas, de sua capacidade de representatividade e de seu capital humano. Entre diferentes temas abordados nos quatro textos, a questão da comunicação, compreendida nos fluxos de informação e nas práticas culturais, chama a atenção nesta pesquisa, como discutido no próximo tópico.

A agenda de resistências e lutas das comunidades brasileiras no exterior

Com o intuito de entender como a agenda de resistências e lutas das comunidades brasileiras no exterior trabalharam a comunicação, a informação e a cultura, buscou-se fazer uma análise de conteúdo, de abordagem qualitativa, de quatro documentos considerados marcos na busca por melhoria de vida dos emigrantes brasileiros: Carta de Lisboa (2002), a Carta de Boston (2005), Documento de Bruxelas (2007) e Documento de Barcelona (2009). Para o estudo, baseado nos pressupostos de Bardin (1988), foram desenvolvidas três categorias a partir dos conceitos trabalhados: 1) Comunicação, 2) Informação, e 3) Cultura. Posteriormente, foram classificadas suas subcategorias: a) Demandas, b) Resistências, e c) Lutas emancipatórias.

1) Comunicação

Observar as potencialidades da comunicação na promoção dos direitos humanos em um viés decolonial diz respeito à necessidade de formulação de políticas de emigração que delineiem mecanismos de participação, no que se refere, principalmente, à garantia do direito de livre circulação e à promoção de transformação em um contexto de exploração e subalternização.



7 O documento é anterior à Nova Lei de Imigração nº 13.445, de 2017, que substituiu o Estatuto do Estrangeiro, em vigor desde 1980.

8 Projeto implantado em 1995, dentro do "Programa de Apoio aos Brasileiros no Exterior", que consiste na criação de missões organizadas pela rede consular em cidades e regiões distantes de suas sedes, destinadas à prestação de serviços consulares às comunidades brasileiras no exterior.

As propostas em relação às necessidades comunicacionais presentes nos documentos partem de promover maior relação entre os países, com ênfase na simplificação dos trâmites de natureza burocrática. No Documento de Bruxelas, apontou-se as discussões de reivindicações e a criação de mecanismos de acompanhamento e cobrança que garantam: o exercício da cidadania dos migrantes no país de fixação; a busca pela redução de custos e simplificação de questões burocráticas; a formulação de política em defesa dos direitos fundamentais das cidadãs e cidadãos em situação irregular; a criação de uma lei de migrações no Brasil⁷ pautada nos Direitos Humanos, entre outros.

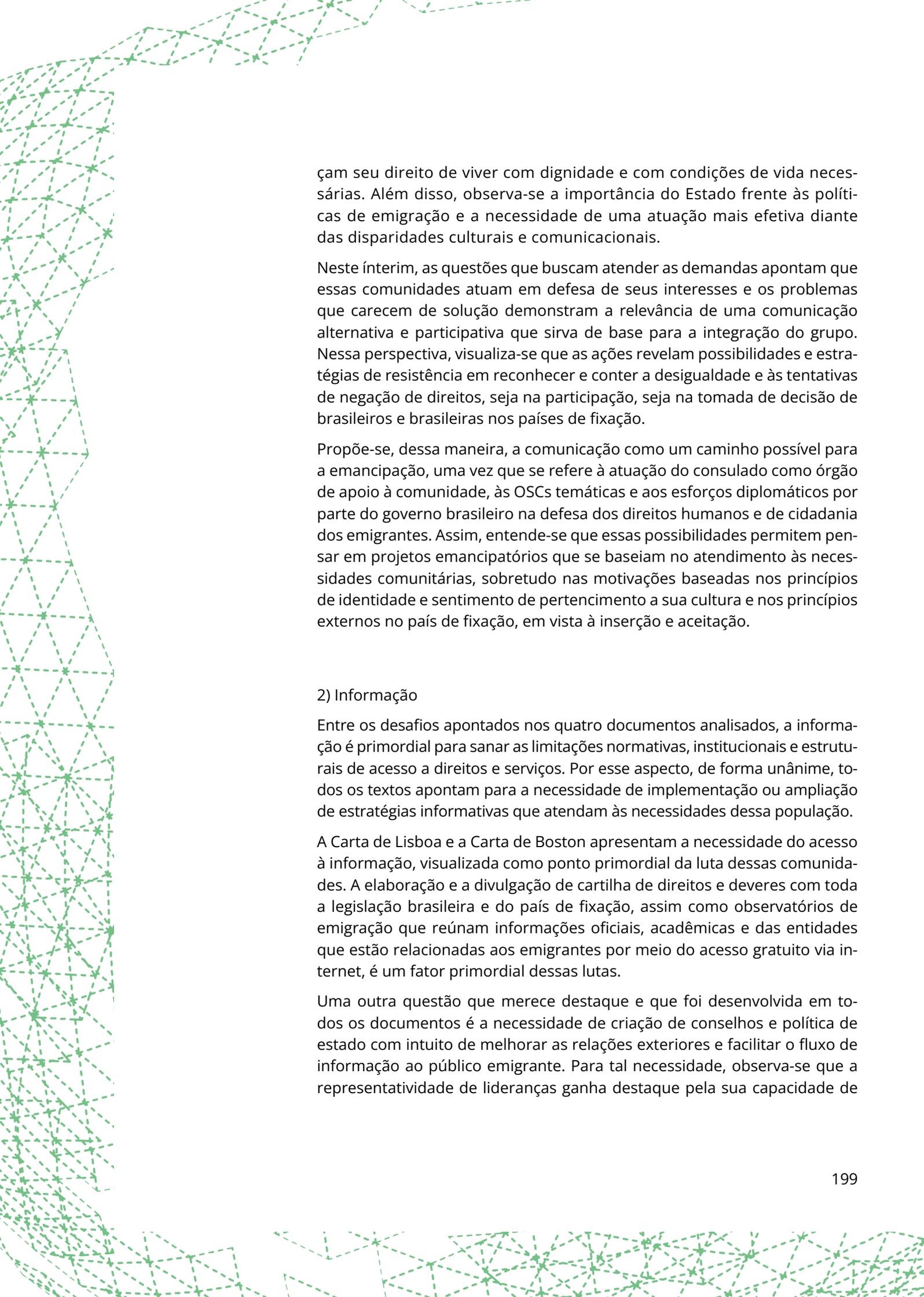
A Carta de Boston, por exemplo, apontou a necessidade de abertura e expansão de consulados de acordo com a distribuição geográfica, o aumento de consulados itinerantes⁸ para atendimento do maior número de pessoas possível, bem como a reestruturação de um corpo organizacional e a criação de política de Estado no Brasil para atender às necessidades das comunidades brasileiras.

Outro ponto que merece destaque é a exigência de um debate e negociação com o governo dos Estados Unidos (país com maior número de emigrantes brasileiros) para a incrementação de vistos de trabalho e reunificação familiar para a comunidade brasileira. Essas questões são indicativas da manifestação do grupo de estabelecer uma comunicação mais efetiva entre o Brasil e os Estados Unidos.

Já a Carta de Lisboa, aponta para a necessidade de criação de uma instância orgânica interministerial que coordene uma política de atendimento e apoio ao público emigrante, assim como de uma Secretaria ou Departamento com poderes jurídicos no âmbito do Ministério da Justiça e do MRE para tratar de assuntos específicos do público emigrante. Propõe, também, a indicação de representantes que atuem em defesa dessas comunidades no exterior e a articulação de subcomissões no Congresso Nacional. Nesse aspecto, propõe-se, ainda, a criação e o fortalecimento de instrumentos de mediação entre o Estado e a comunidade, com o propósito de oferecer assistência. A implantação de assessorias jurídicas aos emigrantes seria outra alternativa, a fim de permitir uma comunicação em apoio aos emigrados.

O documento de Barcelona é o único a apresentar a comunicação, especificamente através de um canal de comunicação, como uma possibilidade de estabelecer melhor diálogo e consolidar o processo de interlocução entre a rede de brasileiros e brasileiras na Europa e o MRE. Evidenciou-se, também, a necessidade de melhorias na comunicação, no diálogo e no relacionamento entre as embaixadas, os consulados e as associações de brasileiros e brasileiras no exterior.

Os documentos demonstram, portanto, que mesmo indiretamente, o processo comunicativo foi observado como possibilidade de melhorar a relação entre os países e permitir que as comunidades brasileiras exer-



çam seu direito de viver com dignidade e com condições de vida necessárias. Além disso, observa-se a importância do Estado frente às políticas de emigração e a necessidade de uma atuação mais efetiva diante das disparidades culturais e comunicacionais.

Neste ínterim, as questões que buscam atender as demandas apontam que essas comunidades atuam em defesa de seus interesses e os problemas que carecem de solução demonstram a relevância de uma comunicação alternativa e participativa que sirva de base para a integração do grupo. Nessa perspectiva, visualiza-se que as ações revelam possibilidades e estratégias de resistência em reconhecer e conter a desigualdade e às tentativas de negação de direitos, seja na participação, seja na tomada de decisão de brasileiros e brasileiras nos países de fixação.

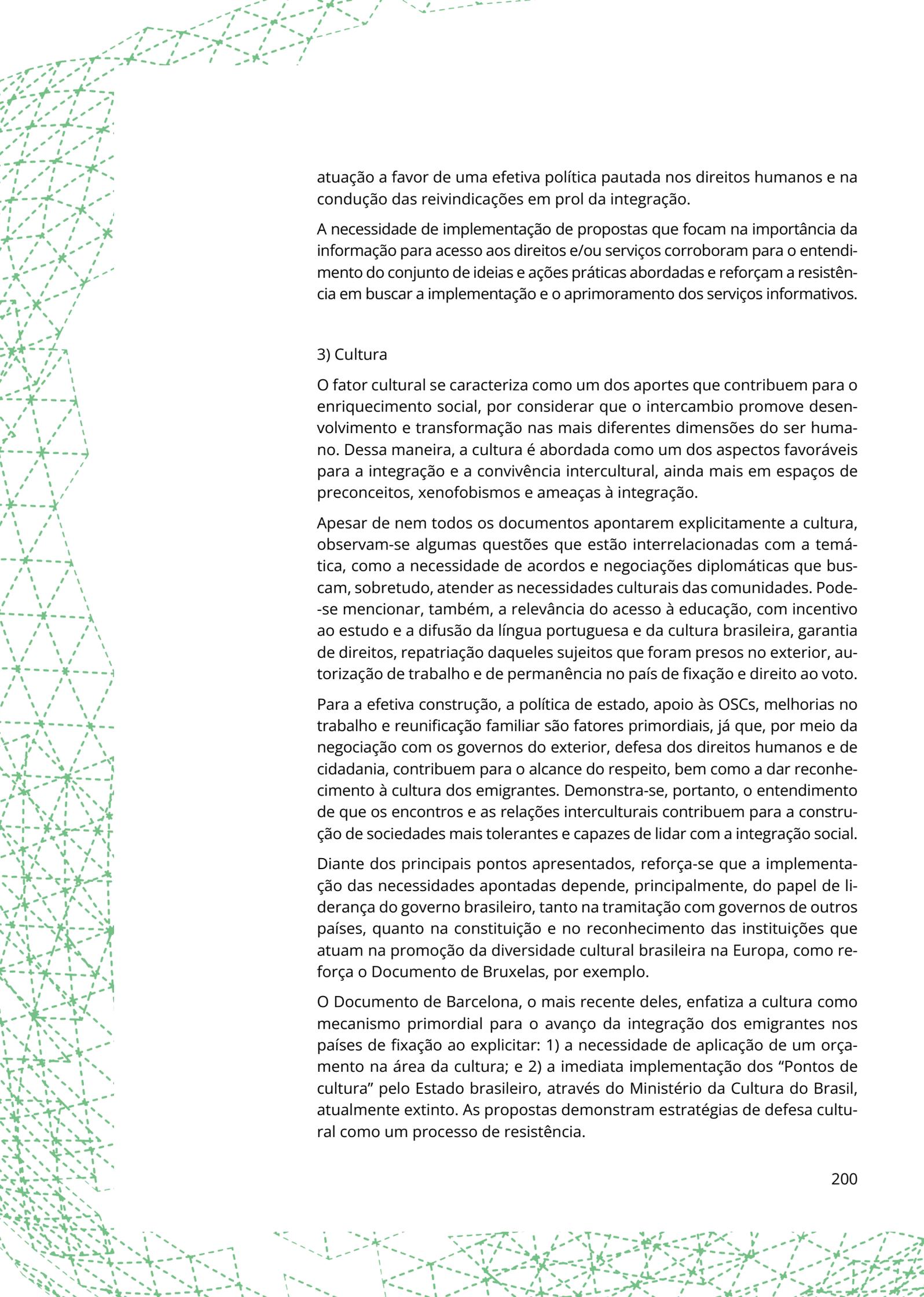
Propõe-se, dessa maneira, a comunicação como um caminho possível para a emancipação, uma vez que se refere à atuação do consulado como órgão de apoio à comunidade, às OSCs temáticas e aos esforços diplomáticos por parte do governo brasileiro na defesa dos direitos humanos e de cidadania dos emigrantes. Assim, entende-se que essas possibilidades permitem pensar em projetos emancipatórios que se baseiam no atendimento às necessidades comunitárias, sobretudo nas motivações baseadas nos princípios de identidade e sentimento de pertencimento a sua cultura e nos princípios externos no país de fixação, em vista à inserção e aceitação.

2) Informação

Entre os desafios apontados nos quatro documentos analisados, a informação é primordial para sanar as limitações normativas, institucionais e estruturais de acesso a direitos e serviços. Por esse aspecto, de forma unânime, todos os textos apontam para a necessidade de implementação ou ampliação de estratégias informativas que atendam às necessidades dessa população.

A Carta de Lisboa e a Carta de Boston apresentam a necessidade do acesso à informação, visualizada como ponto primordial da luta dessas comunidades. A elaboração e a divulgação de cartilha de direitos e deveres com toda a legislação brasileira e do país de fixação, assim como observatórios de emigração que reúnam informações oficiais, acadêmicas e das entidades que estão relacionadas aos emigrantes por meio do acesso gratuito via internet, é um fator primordial dessas lutas.

Uma outra questão que merece destaque e que foi desenvolvida em todos os documentos é a necessidade de criação de conselhos e política de estado com intuito de melhorar as relações exteriores e facilitar o fluxo de informação ao público emigrante. Para tal necessidade, observa-se que a representatividade de lideranças ganha destaque pela sua capacidade de



atuação a favor de uma efetiva política pautada nos direitos humanos e na condução das reivindicações em prol da integração.

A necessidade de implementação de propostas que focam na importância da informação para acesso aos direitos e/ou serviços corroboram para o entendimento do conjunto de ideias e ações práticas abordadas e reforçam a resistência em buscar a implementação e o aprimoramento dos serviços informativos.

3) Cultura

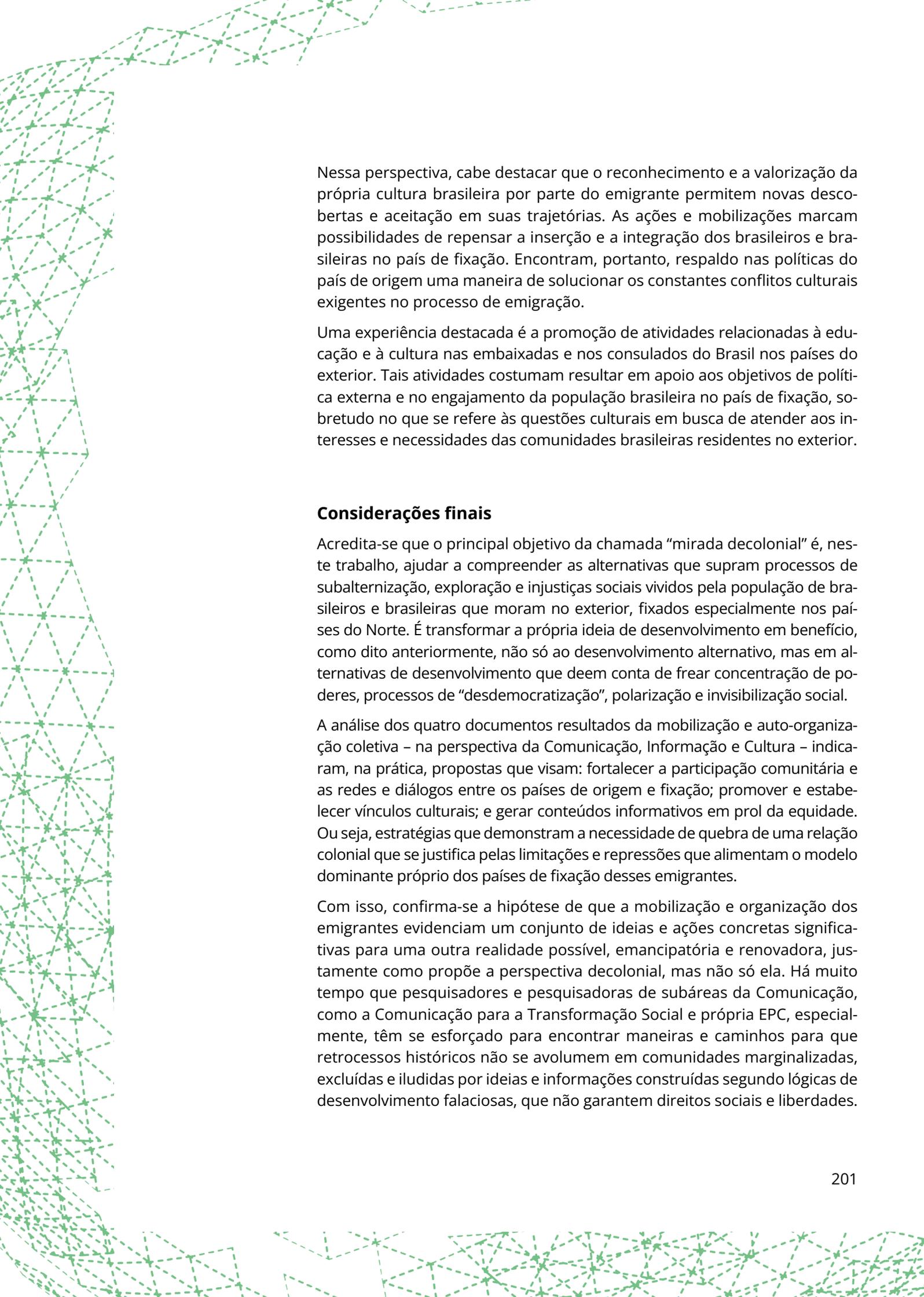
O fator cultural se caracteriza como um dos aportes que contribuem para o enriquecimento social, por considerar que o intercâmbio promove desenvolvimento e transformação nas mais diferentes dimensões do ser humano. Dessa maneira, a cultura é abordada como um dos aspectos favoráveis para a integração e a convivência intercultural, ainda mais em espaços de preconceitos, xenofobismos e ameaças à integração.

Apesar de nem todos os documentos apontarem explicitamente a cultura, observam-se algumas questões que estão interrelacionadas com a temática, como a necessidade de acordos e negociações diplomáticas que buscam, sobretudo, atender as necessidades culturais das comunidades. Pode-se mencionar, também, a relevância do acesso à educação, com incentivo ao estudo e a difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira, garantia de direitos, repatriação daqueles sujeitos que foram presos no exterior, autorização de trabalho e de permanência no país de fixação e direito ao voto.

Para a efetiva construção, a política de estado, apoio às OSCs, melhorias no trabalho e reunificação familiar são fatores primordiais, já que, por meio da negociação com os governos do exterior, defesa dos direitos humanos e de cidadania, contribuem para o alcance do respeito, bem como a dar reconhecimento à cultura dos emigrantes. Demonstra-se, portanto, o entendimento de que os encontros e as relações interculturais contribuem para a construção de sociedades mais tolerantes e capazes de lidar com a integração social.

Diante dos principais pontos apresentados, reforça-se que a implementação das necessidades apontadas depende, principalmente, do papel de liderança do governo brasileiro, tanto na tramitação com governos de outros países, quanto na constituição e no reconhecimento das instituições que atuam na promoção da diversidade cultural brasileira na Europa, como reforça o Documento de Bruxelas, por exemplo.

O Documento de Barcelona, o mais recente deles, enfatiza a cultura como mecanismo primordial para o avanço da integração dos emigrantes nos países de fixação ao explicitar: 1) a necessidade de aplicação de um orçamento na área da cultura; e 2) a imediata implementação dos “Pontos de cultura” pelo Estado brasileiro, através do Ministério da Cultura do Brasil, atualmente extinto. As propostas demonstram estratégias de defesa cultural como um processo de resistência.



Nessa perspectiva, cabe destacar que o reconhecimento e a valorização da própria cultura brasileira por parte do emigrante permitem novas descobertas e aceitação em suas trajetórias. As ações e mobilizações marcam possibilidades de repensar a inserção e a integração dos brasileiros e brasileiras no país de fixação. Encontram, portanto, respaldo nas políticas do país de origem uma maneira de solucionar os constantes conflitos culturais exigentes no processo de emigração.

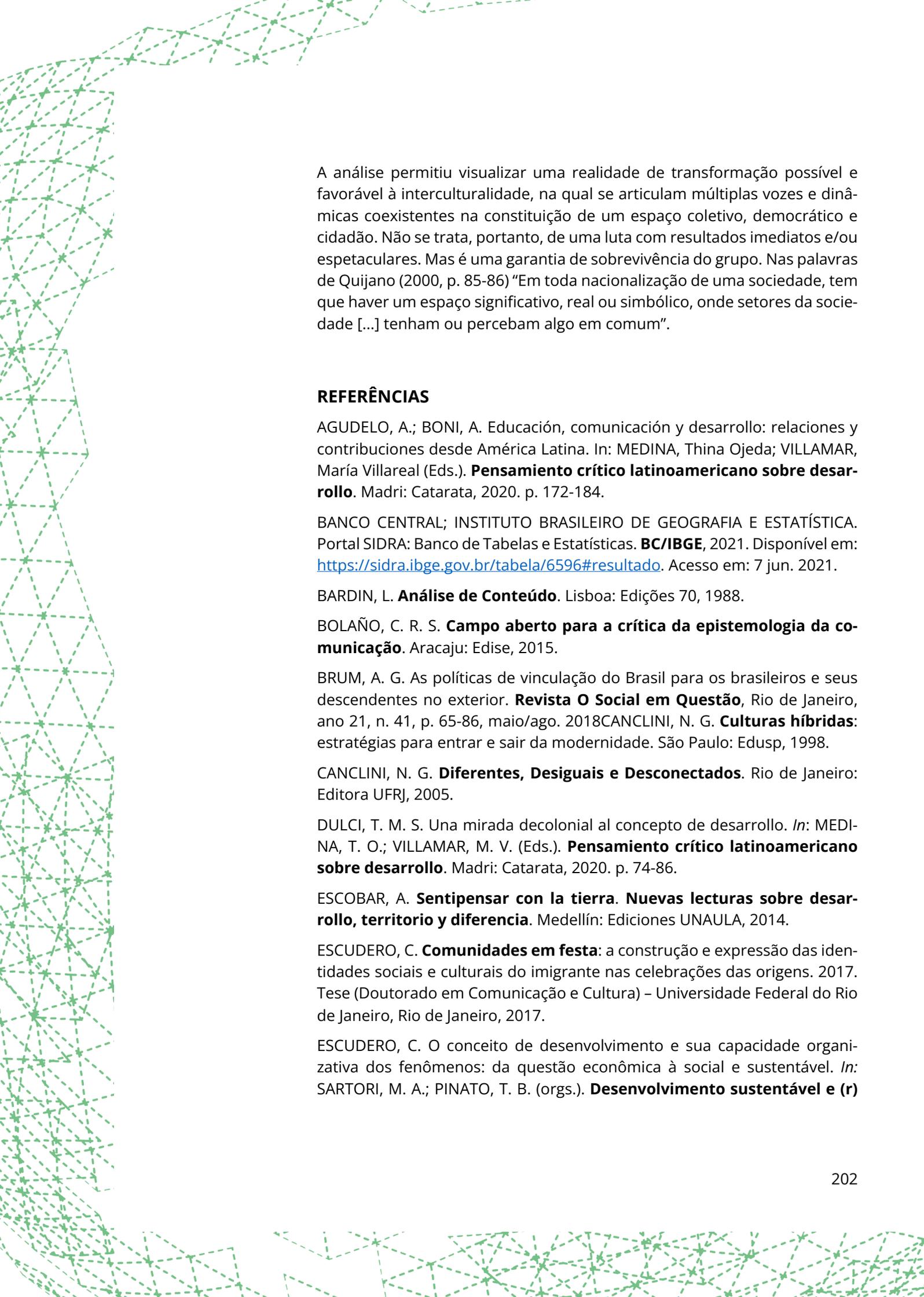
Uma experiência destacada é a promoção de atividades relacionadas à educação e à cultura nas embaixadas e nos consulados do Brasil nos países do exterior. Tais atividades costumam resultar em apoio aos objetivos de política externa e no engajamento da população brasileira no país de fixação, sobretudo no que se refere às questões culturais em busca de atender aos interesses e necessidades das comunidades brasileiras residentes no exterior.

Considerações finais

Acredita-se que o principal objetivo da chamada “mirada decolonial” é, neste trabalho, ajudar a compreender as alternativas que supram processos de subalternização, exploração e injustiças sociais vividos pela população de brasileiros e brasileiras que moram no exterior, fixados especialmente nos países do Norte. É transformar a própria ideia de desenvolvimento em benefício, como dito anteriormente, não só ao desenvolvimento alternativo, mas em alternativas de desenvolvimento que deem conta de frear concentração de poderes, processos de “desdemocratização”, polarização e invisibilização social.

A análise dos quatro documentos resultados da mobilização e auto-organização coletiva – na perspectiva da Comunicação, Informação e Cultura – indicaram, na prática, propostas que visam: fortalecer a participação comunitária e as redes e diálogos entre os países de origem e fixação; promover e estabelecer vínculos culturais; e gerar conteúdos informativos em prol da equidade. Ou seja, estratégias que demonstram a necessidade de quebra de uma relação colonial que se justifica pelas limitações e repressões que alimentam o modelo dominante próprio dos países de fixação desses emigrantes.

Com isso, confirma-se a hipótese de que a mobilização e organização dos emigrantes evidenciam um conjunto de ideias e ações concretas significativas para uma outra realidade possível, emancipatória e renovadora, justamente como propõe a perspectiva decolonial, mas não só ela. Há muito tempo que pesquisadores e pesquisadoras de subáreas da Comunicação, como a Comunicação para a Transformação Social e própria EPC, especialmente, têm se esforçado para encontrar maneiras e caminhos para que retrocessos históricos não se avolumem em comunidades marginalizadas, excluídas e iludidas por ideias e informações construídas segundo lógicas de desenvolvimento falaciosas, que não garantem direitos sociais e liberdades.



A análise permitiu visualizar uma realidade de transformação possível e favorável à interculturalidade, na qual se articulam múltiplas vozes e dinâmicas coexistentes na constituição de um espaço coletivo, democrático e cidadão. Não se trata, portanto, de uma luta com resultados imediatos e/ou espetaculares. Mas é uma garantia de sobrevivência do grupo. Nas palavras de Quijano (2000, p. 85-86) “Em toda nacionalização de uma sociedade, tem que haver um espaço significativo, real ou simbólico, onde setores da sociedade [...] tenham ou percebam algo em comum”.

REFERÊNCIAS

AGUDELO, A.; BONI, A. Educación, comunicación y desarrollo: relaciones y contribuciones desde América Latina. In: MEDINA, Thina Ojeda; VILLAMAR, María Villareal (Eds.). **Pensamiento crítico latinoamericano sobre desarrollo**. Madri: Catarata, 2020. p. 172-184.

BANCO CENTRAL; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Portal SIDRA: Banco de Tabelas e Estatísticas. **BC/IBGE**, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6596#resultado>. Acesso em: 7 jun. 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BOLAÑO, C. R. S. **Campo aberto para a crítica da epistemologia da comunicação**. Aracaju: Edise, 2015.

BRUM, A. G. As políticas de vinculação do Brasil para os brasileiros e seus descendentes no exterior. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 41, p. 65-86, maio/ago. 2018
CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1998.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

DULCI, T. M. S. Una mirada decolonial al concepto de desarrollo. In: MEDINA, T. O.; VILLAMAR, M. V. (Eds.). **Pensamiento crítico latinoamericano sobre desarrollo**. Madri: Catarata, 2020. p. 74-86.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAUULA, 2014.

ESCUDERO, C. **Comunidades em festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens**. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ESCUDERO, C. O conceito de desenvolvimento e sua capacidade organizativa dos fenômenos: da questão econômica à social e sustentável. In: SARTORI, M. A.; PINATO, T. B. (orgs.). **Desenvolvimento sustentável e (r)**

evolução tecnológica ambiental. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2018. p. 129-142.

FIRMEZA, G. T. **Brasileiros no exterior.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. *In:* BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal.** Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 239-262.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GUMUCIO-DAGRON, A. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. **Signo y Pensamiento**, [S./], v. 30, n. 58, p. 26-39, 2011.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional:** imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: UNESP, 2001.

MELO, J. M. M. de. A NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. **Logos**, Rio de Janeiro, n. 15, v. 1, p. 42-59, 2008.

MELO, J. M. M. de. Políticas públicas de comunicação: desafios brasileiros na era digital. *In:* SCHMIDT, C.; VALENTE, H.; PRADOS, M. **Mídia e políticas culturais.** São Paulo: Ícone, 2015. p. 52-64.

MILANEZ, L. C. B. M. **Brasileiros no Exterior:** Formulação de Política Externa e Formação de Comunidades. 2013. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MILESI, R.; FANTAZINI, O. **Cidadãs e Cidadãos Brasileiros no Exterior:** O Documento de Lisboa, a Carta de Boston e o Documento de Bruxelas. [S./]: [s.n.], 1999, p. 1-14. Disponível em: https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datalfiles/BRMundo/pt-br/file/Rosita_Milesi.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.

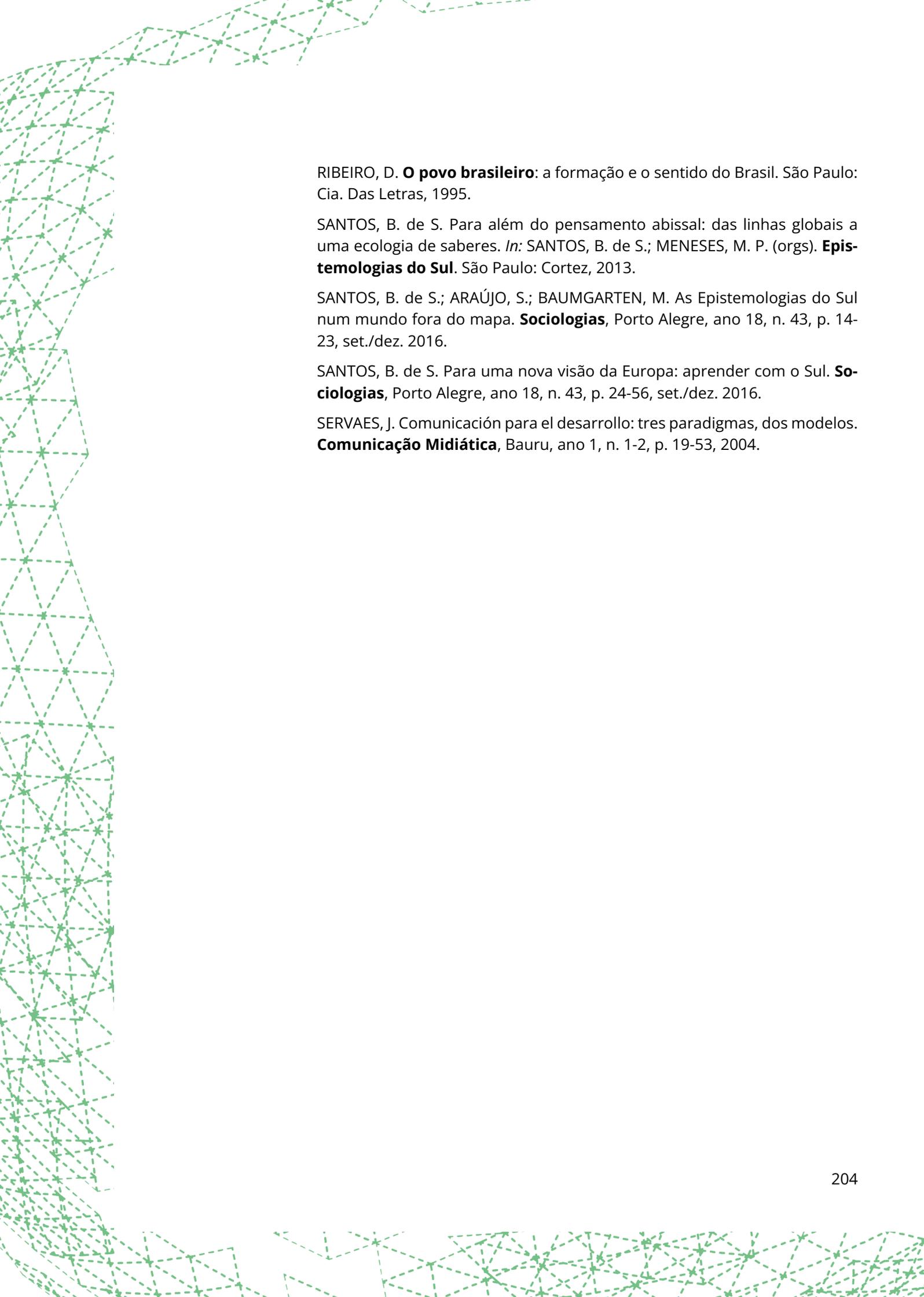
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Comunidade brasileira no exterior:** Estimativas referentes ao ano de 2020. Brasília: Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania; Departamento Consular, 2021.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. *In:* MONTEIRO NETO, A. (org.). **Sociedade, política e desenvolvimento.** Brasília: Ipea, 2014. p. 161-195.

QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo em América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, [S./], v. 6, n. 2, p. 73-90, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, [S./], v. 3, n. 5, p. 1-33, 2011.

REIS, R. R. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto Internacional**, [S./], v. 33, n. 1, jan./jun. 2011.



RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, B. de S.; ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 43, p. 14-23, set./dez. 2016.

SANTOS, B. de S. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 43, p. 24-56, set./dez. 2016.

SERVAES, J. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Comunicação Midiática**, Bauru, ano 1, n. 1-2, p. 19-53, 2004.